

BIBLIOTECA
UNEMAT
Campus Universitário de Pontes e Lacerda - MT
RG N° 10267
Data 16 / 04 / 04
Liberação

Turma 2003/2

UNEMAT
Campus Universitário de Pontes e Lacerda - MT
BIBLIOTECA

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
DEPARTAMENTO DE LETRAS

**INCÓGNITAS NO PROCESSO CONCEITUAL DA
GRAMÁTICA NORMATIVA**

PONTES E LACERDA, FEVEREIRO DE 2004

IZENY FERREIRA DA SILVA

**INCÓGNITAS NO PROCESSO CONCEITUAL DA
GRAMÁTICA NORMATIVA**

Monografia de conclusão do curso de graduação em Letras, apresentada ao Departamento de Letras (DL) da Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus Universitário de Pontes e Lacerda, como requisito parcial para a obtenção do título de graduação em Letras.

Orientadora: Denise Ibanhes Berquó

Pontes e Lacerda

2004

Agradeço, primeiramente, a Deus pelo Dom da vida;

A meus pais José Ferreira da Silva e Maria Cardoso da Silva, pelo apoio que sempre me deram;

À minha irmã, Rosa Ferreira Baldaia, pelo incentivo para que me ingressasse na Unemat;

Ao meu esposo, Edson Gomes de Souza;

Em especial à prof^a Denise Ibanhes Berquó, pelo auxílio a mim prestado na realização deste trabalho.

Esta monografia foi apresentada e defendida perante a seguinte banca examinadora:

Local e data da aprovação

SUMÁRIO

RESUMO.....	06
INTRODUÇÃO.....	07
I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA - CONCEPÇÃO DE LÍNGUA, LINGUAGEM E GRAMÁTICA.....	08
II - O SUJEITO E SUA CLASSIFICAÇÃO GRAMATICAL.....	11
III - PROVAS SINTÁTICAS USADAS NO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO.....	14
IV - ANÁLISE DO TERMO SUJEITO.....	17
V - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
VI - BIBLIOGRAFIA.....	22

RESUMO

Este trabalho é o resultado de um estudo crítico de algumas colocações gramaticais. Fundamenta-se na incoerência interna da gramática e na inconsistência teórica de suas informações sobre o termo sujeito.

Na primeira parte, traçamos informações teóricas: o conceito de língua e linguagem; um breve comentário do surgimento da disciplina gramatical, definindo gramática normativa, descritiva e internalizada; sintaxe e sujeito e suas funções dentro da comunicação escrita, bem como o conceito de sujeito e sua classificação e as provas sintáticas usadas na identificação do sujeito.

Na segunda parte, discutimos inicialmente divergência que há entre o conceito de sujeito e a prática de identificação deste (quando se trata da análise de casos concretos). Apresentamos também a análise do sujeito simples (formado por pronome indefinido), discutindo o fato de alguns gramáticos o classificar como indeterminado. Incluímos ainda a análise de concepções que dizem que o sujeito é ao gente, a partir da qual discutimos alguns inconvenientes em se fazer afirmações deste porte. Abordamos também a discussão das provas sintáticas de identificação do sujeito: da pergunta e da posição.

Compreendemos, portanto, que as regras gramaticais são complexas, algumas vezes imprecisas, e por isto, tem causado muitas divergências, tornando seu ensino ineficaz.

INTRODUÇÃO

A análise do tema, incógnitas no processo conceitual da gramática normativa, surgiu a partir de um estudo crítico, visto no IV semestre do cursos de Letras.

Visamos mostrar neste trabalho a baixa qualidade da descrição de regras e definições da gramática e que teoricamente não é um corpo doutrinário logicamente consistente. Isto implica dizer que há uma separação entre a doutrina gramatical e a prática da análise de identificação de sujeito.

Este trabalho fundamentou-se em teóricos como: Perini, Macambira, Cunha, Bagno, Sacconi, Travaglia, Nicola, dentre outros.

Está dividido em duas partes: na primeira foi abordado fundamentações teóricas sobre conceito de língua, linguagem, gramática normativa, descritiva, internalizada, sintaxe, sujeito e suas classificações na Segunda fragmentos e análises de gramáticas diversificadas.

A análise desenvolveu-se a partir da concepção de sujeito através da reflexão sobre a pouca consistência da gramática tradicional, e da comparação entre sujeito simples e indeterminado.

Prosseguimos destacando alguns motivos que tornam inconvenientes afirmações que dizem que o sujeito é o agente e por último traçamos falhas nas provas da pergunta e da posição, que se tronam inválidas diante de alguns casos na hora de identificar o sujeito.

I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA - CONCEPÇÃO DE LÍNGUA, LINGUAGEM E GRAMÁTICA

Dentre os diferentes códigos comunicativos existentes, a **língua** é o mais importante, pois seu uso é universal e generalizado nos diferentes grupos sociais.

O lingüista Ferdinand de Saussure diz que:

A língua é a parte social da linguagem, exterior do indivíduo que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la, ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato, estabelecendo entre membros da comunidade. (Nicola, 1997: 18)

Podemos entender que a língua é a soma de todos os falantes de uma determinada sociedade. Ela existe e se constitui enquanto tal a partir de um grupo. Não funciona isolada e faz sentido no momento em que há interação entre enunciador e receptor. Assim é possível ao indivíduo optar por esta ou aquela forma de expressão no momento de se comunicar, mas não pode criar um língua particular e exigir que outros a entendam.

A origem da linguagem é uma questão muito discutida desde os primórdios da humanidade.

Ignoramos até hoje se, no início da humanidade, havia uma língua única ou uma multiplicidade de línguas. Outro ponto de muita discussão é o da origem divina ou humana.

Segundo Luiz Antônio Sacconi, linguagem é a faculdade que possui o homem de poder expressar seus pensamentos. Envolve sons e sinais que possibilitam ao homem a transmissão de suas idéias, sensações, experiências, dentre outras. Assim, quando o homem fala emite sons (usa a linguagem falada); quando escreve, utiliza sinais (usa a linguagem escrita); quando emite gestos, usa outras formas de linguagem, visando a comunicação através do texto não verbal.

A linguagem é a faculdade humana, todos nós nascemos para falar e o nosso organismo tem todos os mecanismos necessários para aquisição da mesma.

Por isso ela é algo que desenvolve no indivíduo naturalmente, sendo responsável pelo ato da comunicação.

Por vários séculos, os estudos dedicados à linguagem se concentraram exclusivamente na língua literária. Preocupados em preservar a língua grega, os estudiosos da literatura clássica, descreveram as regras gramaticais empregadas pelos grandes poetas e escritores, para que servissem de modelo para todos que quisessem escrever obras literárias em grego. Foi assim que surgiu a gramática, palavra que significa “a arte de escrever”.

Segundo Bagno (2001), com o tempo a gramática que só cuidava da língua escrita literária, começou a ser usada como código de leis, como uma régua para medir todo e qualquer uso oral ou escrito de uma língua. Originou-se assim a gramática normativa.

Travaglia acredita que este tipo de gramática é concebida como um manual com regras de bom uso da língua a ser seguido por aqueles que querem se expressar adequadamente. *Gramática é o conjunto sistemático de normas para bem falar e escrever, estabelecidas pelos especialistas, com base no uso da língua consagrado pelos bons escritores.* (Travaglia, 1997: 11)

A gramática normativa baseia-se apenas nos fatos da língua escrita, não dá importância e considera como “erro” as outras possibilidades existentes nas demais variedades lingüísticas. Por isso por vários séculos os estudiosos perpetuaram a idéia de que a única forma correta na utilização da língua era inerente ao sistema gramatical enquanto norma padrão.

Outra concepção que temos é a de gramática descritiva que, como o próprio termo define, tem a função de descrever ou explicar as línguas tais como elas são faladas. Esse tipo de gramática explica aquilo que realmente é usado pelo falante da língua.

Uma terceira definição de gramática é designada como internalizada, a qual não se aprende ao ler ou ir à escola, é adquirida num processo contínuo e natural. Esta concepção percebe a gramática como: *o conjunto das regras que o falante de fato aprendeu e das quais lança mão ao falar* (Travaglia, 1997: 13).

É a gramática que todos levamos impressa em nosso cérebro, um conjunto de várias regras que nós falantes da língua denominamos implicitamente.

Para Luiz Carlos Travaglia diferentemente das demais concepções de gramática, a normativa é de caráter totalmente prescritivo, autoritário e tem como função ditar as regras e as definições a serem seguidas.

II - O SUJEITO E SUA CLASSIFICAÇÃO GRAMATICAL

Os fenômenos gramaticais podem ser estudados por vários critérios de análise. Chamamos a essas disciplinas que se ocupam dos diferentes aspectos das expressões lingüísticas os **componentes** da gramática.

Segundo Mário Perini a gramática de uma língua inclui os seguintes componentes: a **fonologia**, **morfologia**, a **sintaxe** e a **semântica**. Todos constituem o estudo da estrutura interna de uma língua — aquilo que a distingue das outras línguas do mundo. Articulam-se para, conjuntamente, definir quais são as seqüências que constituem frases corretas da língua e quais as que não constituem. Perini define a fonologia como o estudo das regras de pronúncia de uma língua; a morfologia, o estudo dos morfemas das palavras; a sintaxe relaciona-se com a estrutura interna da frase e a semântica considera o significado transmitido pelo enunciado.

Neste trabalho enfocaremos apenas a sintaxe: *Sintaxe é a parte da gramática que estuda orações e suas partes, ou seja, a estrutura interna da oração.* (Perini, 2001: 52)

Trata-se apenas de um conjunto de instruções sobre o modo de construir frases em português. Ela tem como única função definir quais são as frases bem estruturadas na língua portuguesa.

Toda estruturação frasal obtém uma construção incoerente quando os elementos que a formam não são interdependentes, isto é, a terminologia das palavras se relacionam a nível funcional e significativo. Dessa forma qualquer enunciado se estrutura em constituintes hierarquicamente organizados, possuindo um comportamento gramatical próprio, através da sua função estrutural.

Na maioria das estruturações frasais há termos que completam os sentidos enunciados a nível gramatical, são classificados em sujeito e predicado. Cada um apresentará uma função primordial para o desenvolvimento coeso e coerente da comunicação escrita.

Sujeito refere-se a um dos constituintes da oração, sendo considerado um dos termos fundamentais da oração, vinculado através de uma relação formal bem

definida, caracterizando por meio de termos explícitos e implícitos pertinentes à estrutura do discurso. *Ser sujeito é simplesmente ter uma relação particular com os outros elementos da oração.* (Perini, 2002: 316).

Perini afirma que a função sujeito é um dos aspectos da estrutura formal da oração e não um dos aspectos da mensagem veiculada pela oração. A partir do sujeito as palavras se organizam a nível sintático-semântico revelando o termo central para o desenvolvimento de qualquer enunciado.

Sujeito é o ser sobre o qual se faz uma declaração. (Cunha, 2001: 22)

Sujeito é o ser ou aquilo a que se atribui a idéia contida no predicado. (Sacconi, 332)

Para Lázaro Carreter: *Sujeito é o termo da oração que funciona como ator ou como suporte do predicado.* (Rebouças, : 166).

Sujeito é o termo que estabelece com o verbo uma relação de concordância em número e pessoa. (Pasquale, 1998: 350)

Há autores que dizem que o sujeito é o agente, aquele que pratica a ação expressa pelo verbo. Dessa forma é o modificador da ação verbal, transformando-a através de sua caracterização sintática.

Podemos classificar o sujeito de uma oração de acordo com sua determinação ou indeterminação dentro da estrutura oracional. Quando o sujeito vem expresso na oração ou pode ser identificado pela desinência verbal dizemos que ele é determinado. Dependendo do número de núcleo que apresenta o sujeito determinado pode ser simples ou composto. *O sujeito simples é o sujeito determinado que possui um único núcleo, um único vocábulo diretamente ligado com o verbo* (Nicola, 1997: 250).

Muitas vezes o sujeito simples não aparece escrito na oração, mas pode ser reconhecido pela desinência verbal ou pelo contexto, por isso é considerado determinado. Quando o sujeito vem subtendido na desinência verbal é chamado de sujeito desinencial ou simplesmente sujeito oculto.

O sujeito composto é o sujeito determinado que possui mais de um núcleo, isto é, mais de um vocábulo diretamente relacionado com o verbo. (Nicola, 1997: 250).

A indeterminação do sujeito ocorre quando não é possível identificar claramente a que se refere

a concordância verbal. Quando não se pode ou não interessa indicar precisamente o sujeito de uma oração, bastando deixar claro que ele existe, ainda que de maneira indeterminada. (Nicola, 1997: 249)

Existem ainda as orações sem sujeito, também conhecidas como orações de sujeito inexistente. Tais orações são baseadas em regras que determinam a ausência do sujeito, determinando-o em qualquer enunciado. *Ocorre oração sem sujeito quando a informação dada pelo predicado não se refere a sujeito algum, ou seja, quando temos verbo impessoal.* (Nicola, 1997: 192).

III - PROVAS SINTÁTICAS USADAS NO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO

Em se tratando da identificação do sujeito, a grande maioria das gramáticas menciona apenas a prova da pergunta, mas segundo José Rebouças Macambira são cinco as provas sintáticas usadas para reconhecer o sujeito. São elas: **prova do vínculo** - o verbo concorda em número e pessoa com o sujeito. Passando o verbo do singular para o plural, ou, do plural para o singular, o termo da oração que se alterar será o sujeito; **prova da substituição** - aplicável somente à terceira pessoa, o termo da oração que for substituível por ele(s) ou ela(s), se identificará como o sujeito; **prova da pergunta**: consiste em fazer ao verbo a pergunta **quem?** Ou **o quê?**, a resposta obtida é o sujeito; **prova da posição**: destaca-se o verbo, e o termo que o anteceder é o sujeito. Para este caso, considera-se somente a posição (antes do verbo) para identificação do sujeito; **prova da apassivação**: aplicada somente em orações com objeto direto, coloca-se o verbo na voz passiva e o sujeito é o termo que se converter no agente da passiva.

Segundo Macambira, é muito importante que saibamos utilizar todas essas provas, pois nem sempre conseguiremos identificar o sujeito utilizando apenas uma delas, ou ainda, para alguns casos pode não ser viável o uso de uma delas (a prova não pergunta não tem valor, quando o sujeito é um pronome interrogativo). Às vezes é necessário usarmos habilmente as cinco, para livrarmo-nos de possíveis enganos. A dificuldade em identificar o sujeito numa estruturação frasal é inerente à complexidade teórica da gramática normativa, tornando-a um manual de regras a ser decifrado.

IV – ANÁLISE DO TERMO SUJEITO

Enfatizaremos a falta de coerência interna no aspecto teórico sobre a normatização do sujeito vinculada em gramáticas tradicionais. Para tanto, partiremos do conceito de sujeito da “Nova Gramática do Português Contemporâneo”, de Celso Cunha e Lindley Cintra.

Texto 1

O sujeito é o ser sobre o qual se faz uma declaração. (Cunha, 2001: 122)

Texto 2

A indeterminação do sujeito ocorre quando não é possível identificar claramente a que se refere a concordância verbal. (Nicola e Infante, 1997: 249)

Texto 3

Alguns autores ensinam que o sujeito é o agente – aquele que pratica a ação expressa pelo verbo. (Macambira, 1993 : 167)

Texto 4

Para encontrar o sujeito, faz a pergunta quem? Ou o que? Ao verbo. Normalmente o sujeito é o termo sem preposição que antecede ao verbo. (Macambira, 1993: 171-172).

Voltemos à definição (1). Esta é a definição de sujeito dada na gramática. Esperamos que seja mantida em toda estrutura gramatical. Encontramos, logo mais adiante esta informação.

Algumas vezes, o verbo não se refere a uma pessoa determinada, ou por se desconhecer quem executa ação, ou por não haver interesse no seu reconhecimento. Dizemos então que o sujeito é indeterminado. (Cunha, 2001: 127)

Se o sujeito foi conceituado em termos como o do texto (1), só deveríamos ter sujeito indeterminado quando não se sabe, ou não se quer dizer sobre quem se faz uma declaração, já que, foi mencionada só essa característica dos sujeitos. No entanto, aparece como se o sujeito tivesse sido conceituado em termos de quem pratica ação. Nesse ponto, a gramática é inconsistente, ou pelo menos incompleta.

Ao se fazer uma afirmação como (1), é preciso estar consciente de certas crenças que subjazem à afirmação. Temos subentendida neste conceito (1), a idéia de que qualquer palavra poderia ser considerada sujeito na estruturação frasal desde que algo seja declarado sobre ela. Dessa forma a identificação sobre o sujeito seria complexa tornando-se ambígua em várias situações. Pensemos na seguinte frase:

Em Belo Horizonte chove muito.

Se fôssemos identificar o sujeito desta oração, considerando apenas o enunciado (1), teríamos um sujeito simples (Belo Horizonte), uma vez que há uma declaração sobre um termo explícito na estrutura oracional. Sabemos, no entanto, que esta frase não tem sujeito. Esse é dentre muitos, um exemplo, da falta de lógica, de consistência teórica da gramática.

Sacconi (2001, 332), diz que definições como (1), se afigura um tanto quanto falha, por não levar em consideração as orações interrogativas, imperativas e optativas. Vejamos (Cunha, 2001: 125).

“Quem disse isso?”

Nesta frase **quem** vem designado como sujeito. Mas onde está a declaração que se faz sobre o termo quem. Se fôssemos considerar o conceito (1), não poderíamos ter sujeito, já que não contém, nenhum tipo de informação explícita referente o agente do enunciado. Observe a frase abaixo. (Cunha, 2001: 130)

“Na sala havia ainda três quadros do pintor”

Esta frase é dada como sem sujeito. Segundo Perini (2002, 53-54), não há dúvida de que há nesta estruturação frasal uma declaração. Será uma informação sobre nada, já que não tem sujeito. Exemplos como estes mostram a pouca consistência da gramática, ela não respeita a sua própria definição. A gramática dá uma definição a ser aprendida, porém, não podemos respeitar essa concepção se quisermos explicar que o sujeito de “Quem disse isso?” é quem ou a na frase “Na sala havia ainda três quadros do pintor” não tem sujeito.

Estes são exemplos da contradição que há entre a definição de sujeitos tal como se encontra quando da análise de casos concretos. Segundo Perini, em geral,

tais contradições são toleradas e mesmo ignoradas por aqueles que trabalham com a gramática.

Sabemos, porém, que as mesmas pessoas que propõem ou aceitam tais definições não as seguem na prática. Quando enfrentam a tarefa de encontrar o sujeito de uma oração, sempre analisam orações com chover, como não tendo sujeito, [...] embora tais orações possam perfeitamente fazer declaração sobre alguma coisa. (Perini, 2002: 16)

De acordo com o enunciado (2), temos sujeitos indeterminado quando não se pode identificar a que se refere o verbo. Lembremos que neste caso o verbo aparece ou na 3ª pessoa do plural; ou na 3ª pessoa do singular com o pronome **se** e que de maneira alguma o sujeito vem expresso na oração.

Alguns gramáticos insistem em classificar o sujeito de frases do tipo “Ninguém saiu da loja” E “Alguém mexeu na minha bolsa”, como indeterminado, alegando que os pronomes indefinidos **ninguém** e **alguém** não são suficientes para esclarecer com precisão o sujeito oracional.

Sabemos que a maioria dos gramáticos consideram este tipo de sujeito como simples, pois o considera explícito como agente determinante na oração. Sujeito indeterminado não existe como elemento na estrutura frasal, nas orações acima os termos **ninguém** e **alguém** estabelecem concordância com o verbo. Nesse caso, embora não reconheçamos a identidade, o sujeito existe como elemento na oração. Além disso temos o fato de que o verbo não está nem na 3ª pessoa do plural e nem na 3ª pessoa do singular, seguido do pronome **se**. E se está expresso e tem um único núcleo que é o termo principal, definindo-o é simples.

Do ponto de vista semântico, esse sujeito não pode ser identificado. Isso não significa que estamos diante de um sujeito indeterminado, e sim de um sujeito determinado simples, pois, do ponto de vista gramatical, há uma palavra expressa na oração exercendo a função de sujeito. (Nicola, 1999: 228)

Podemos então dizer que, quando o sujeito da oração é um pronome substantivo indefinido, há apenas indeterminação psicológica, mas não gramatical.

Passemos ao texto (3). Essa colocação se mostra inconveniente por duas razões: primeiro nem todos os verbos exprimem ação (é o caso dos verbos que evocam um estado ou mudança de estado).

Pedro é magro.

Pedro ficou magro.

Nas duas orações a atitude do sujeito (Pedro) é apenas de neutralidade, ele não é agente nem paciente, mas a sede, o lugar onde se desenvolve o processo verbal; segundo por não considerar o fato de muitos sujeitos sofrerem a ação.

Pedro beliscou o menino.

Não fica dúvida que o sujeito (Pedro) executa a ação expressa pelo verbo. Já em:

O menino foi beliscado por Pedro fica claro que o sujeito (o menino) não pratica nenhum tipo de ação antes sofre a ação, sem, no entanto, deixar de ser sujeito.

Não resta dúvida que definições como (3), só coincide com o sujeito gramatical quando o verbo está voz ativa, pois nem sempre o sujeito é necessariamente o agente do processo designado pelo núcleo verbal.

Em se tratando do ensino de gramática, estudiosos afirmam que se tem feito duas coisas: repetir e reproduzir. Os livros didáticos apenas repetem a velha doutrina gramatical e os alunos por sua vez a reproduz. Na verdade o que os livros didáticos proporcionam é um ensino superficial da gramática.

Em sala de aula o aluno é levado a reproduzir essa doutrina e não a produzir seu próprio conhecimento. Isto porque na grande maioria dos casos, alunos apenas decoram e não aprendem de fato gramática, pois as informações contidas nos livros didáticos, são restritas e mecânicas, ou muitas vezes, o próprio professor não oferece oportunidade para que se desenvolva em seu estudo o espírito de crítica e reflexão.

As conseqüências da exposição dos alunos a essas situações não podem ser favoráveis nem a sua formação intelectual, nem do seu respeito pela matéria, razão pela qual, acabam por ter aversão: a gramática.

Para explorarmos as colocações do texto (4), imaginemos que um aluno irá usar o primeiro enunciado para identificar o sujeito da frase:

Pedro conquistou Maria

Provavelmente fará a pergunta assim: **quem conquistou Maria?** Não saberá ele o sujeito desta oração, já que omitiu exatamente o termo que funciona como sujeito e escolheu **quem** e não **o quê**? Se de fato não soubesse qual o sujeito como poderia escolher entre um e outro. Macambira afirma (1973: 173). *Nesse caso seria inútil fazer a pergunta, porque na realidade já previamente se sabia o resultado.*

Ele indica que se faça a pergunta exclusivamente ao verso (quem conquistou) para obter-se o sujeito. Sugere ainda que ao aplicar essa prova só se deve empregar o pronome **o quê**, se não for possível utilizar **quem**. Adverte (1973, 173). *Quando o sujeito é um pronome interrogativo como quem, (...) não tem valor a prova da pergunta, visto que se pergunta e não se consegue a resposta.*

Quem descobriu o Brasil?

Sabemos que foi Pedro Álvares Cabral (é que os livros didáticos ensinam), mas o sujeito desta oração é quem e não Pedro Álvares Cabral, embora essa seja, efetivamente a resposta.

O segundo enunciado diz que podemos identificar o sujeito pela sua colocação na oração, onde a posição antes com relação ao verbo indica o sujeito.

Pedro machucou o pé.

Temos sujeito (Pedro) segundo do predicado (machucou o pé). Não há dúvida que aí o termo que precede o verbo é o sujeito. Mas em:

Saíram, na semana passada, as notas.

O verbo é o primeiro elemento da oração e o sujeito não mais pode ser identificado pela posição (antes do verbo). Em construções assim, em que o predicado antecede o sujeito, dizemos que a oração está em ordem inversa. Há vários casos em que o predicado antecede o sujeito. A exemplo desse, citamos orações com verbo na voz passiva sintética.

Desmentiram-se / os boatos

Predicado sujeito

E com verbo de ocorrência

Aconteceu / um fato insólito

Predicado sujeito

Podemos dizer que essa prova da posição só é válida para as frases de ordem direta (que se estruturam na ordem sujeito-predicado), e que, portanto, não é segura, pois não se pode afirmar que o sujeito vem antes do verbo, como vimos o sujeito pode aparecer em qualquer lugar na estrutura frasal, tanto no início, no meio ou no fim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gramática normativa é totalmente autoritária e designa o conjunto das regras que garantem o uso modelar da língua, assim estabelece o que é certo ou o que é errado dentro da norma padrão (escrita). Entretanto tais regras são complexas, em vários casos ilógicos a nível semântico. Há divergências entre os próprios gramáticos que conscientemente ou inconscientemente a tornam incerta no exato momento do seu uso, especialmente no processo da escrita.

Estudos realizados nos últimos anos apontam algumas deficiências no ensino de gramática. Grande parte dos professores é condicionada a fazer com que o aluno repita e reproduza a doutrina gramatical, como se fosse verdade absoluta. Se não bastasse isto, encontramos entre as gramáticas normativas informações que se divergem, sem contar que, muitas vezes, suas regras e definições são incoerentes, inconsistentes.

Perini acredita que divergências como esta acontece porque as gramáticas escolares não são organizadas de maneira lógica e que a grande falha da gramática tradicional, se dá pela ausência de conscientização adequada, do importe teórico das informações que constituem a gramática, tornando-a um manual de regras a ser decifrado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa*. 2 ed. São Paulo: Parábola, 2001.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ática, 2001.

MACAMBIRA, José Rebouças. *A estrutura morfo-sintática do português: aplicação do estruturalismo lingüístico*. 7 ed. São Paulo: Pioneira, 1993.

NICOLA, José de e INFANTE, Ulisses. *Gramática contemporânea da língua portuguesa*. 15 ed. São Paulo: Scipione, 1997.

PERINI, Mario A. *Para uma nova gramática do português*. 10 ed. São Paulo: Ática, 2002.

_____. *A gramática descritiva do português*. 4 ed. São Paulo: Ática, 2002.

SACCONI, Luiz Antonio. *Nossa gramática – teoria e prática*. 26 ed. São Paulo: Atual, 2001.

TERRA, Ernani e NICOLA, José de. *Gramática de hoje*. São Paulo: Scipione, 1999.

TRAVAGLIA, Luís Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.